



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

PANDOLFI, Fernanda Cláudia

Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado

História (São Paulo), vol. 33, núm. 2, julho-diciembre, 2014, pp. 307-329

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221032780015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado

Rumors and Politics in Rio de Janeiro and Minas Gerais at the end of the First Empire

Fernanda Cláudia PANDOLFI

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Contato: ferpandolfi@hotmail.com

Resumo: O artigo analisa como os rumores de recolonização do Brasil pelos portugueses disseminados na cidade do Rio de Janeiro e os rumores de que os liberais pretendiam escravizar os pardos, que se espalharam na província de Minas Gerais, influenciaram a formação da opinião pública e contribuíram para o fim do Primeiro Reinado. A conclusão principal é que os rumores em questão mostraram a importância das relações étnicas e raciais na política, incluíram negros e pardos em um sentimento do que significava ser brasileiro e uniram grupos divergentes em prol da Abdicação e contra os chamados ultrajes impostos pelos portugueses.

Palavras-chave: Brasil Império; Minas Gerais no século XIX; imprensa no século XIX; rumores e política; raça e etnia na política.

Abstract: The paper examines how rumors about the recolonization from Brazil by the Portuguese kingdom, in the Rio de Janeiro, and rumors about liberals that intended to slave the browns, which spread in the province of Minas Gerais influenced the formation of public opinion and contributed to the end of the First Empire. The main conclusion is that the rumors in question showed the importance of ethnic and racial relations in politics, included blacks and browns in a feeling of what it meant to be Brazilian and divergent groups joined the Abdication in favor and against the so-called outrages imposed by the Portuguese.

Keywords: Brazil-Empire; Minas Gerais State in the nineteenth century; press in the nineteenth century; rumors and politics; race and ethnicity in politics.

Introdução

No período que imediatamente antecedeu a Abdicação de D. Pedro I, as cidades do Rio de Janeiro, Ouro Preto e Mariana viveram um cotidiano intensamente marcado por rumores. Ganham repercussões e geraram intensos debates na imprensa dois rumores em particular e objetos de estudo deste artigo – o de recolonização do Brasil pelos portugueses disseminados na cidade do Rio de Janeiro e o de que os liberais pretendiam escravizar os pardos, que se espalharam na província de Minas Gerais.¹ O objetivo desse artigo é levar a entender como esses rumores influenciaram a

formação da opinião pública² em diversos níveis da sociedade e que papel tiveram na cadeia de eventos que culminou com o fim do Primeiro Reinado.

Uma extensa literatura tem refletido sobre a importância dos rumores em desencadear ou intensificar eventos ou processos na história, sendo os textos mais influentes os seguintes. George Lefebvre (1979) analisou o papel de rumores conspiratórios na criação da atmosfera de pânico conhecida como “Grande Medo” que resultou na mobilização dos camponeses na França no verão de 1789. Arlette Farge (1994) mostrou que rumores em geral expressam, interferem e tornam-se parte constitutiva da realidade em sociedades que passam por momentos políticos instáveis. Em outra vertente, uma literatura proveniente da área da psicologia social e da sociologia tem contribuído para fornecer uma conceituação teórica de rumores, a qual tem sido crescentemente incorporada nos estudos nas áreas da história e das ciências sociais.³ Em termos gerais, essa literatura define “rumor” como um relato sem comprovação de evidências seguras; que se dissemina em contextos marcados por ambiguidades, perigos ou hostilidades, cuja função é ajudar as pessoas a darem sentido a eventos e administrarem os riscos associados. (ALLPORT; POSTMAN, 1947; ROSNOW, 1991; SHIBUTANI, 1966).⁴ Já Guerin e Miyazaki (2006), em vez de enfatizar uma análise interna e cognitiva dos rumores, focaram na importância de suas propriedades discursivas para o estabelecimento de relações sociais. Para eles, características presentes nos rumores, como incerteza e ansiedade, são propícias para as pessoas estabelecerem e/ou melhorarem suas relações sociais, fator este importante para explicar porque os rumores se disseminam.

Os trabalhos mencionados fornecem, portanto, ideias importantes para pensarmos o papel dos rumores na política no Brasil no século XIX e exploram diversas questões ainda não suficientemente esclarecidas pela literatura sobre o período. São exemplos dessas questões: de que forma o contexto político e social específico da época teria propiciado a disseminação de rumores? Como eles foram empregados para fortalecer ou desqualificar posições nos embates políticos? Em que sentido foram utilizados para ampliar redes de contatos e prestígio por parte de grupos e indivíduos com vistas a amenizar situações de incerteza? Como tais rumores teriam contribuído para a configuração de identidades políticas importantes para entender o fim do Primeiro Reinado?

Um aspecto central da difusão de rumores no período foi que ela ocorreu em um momento de relativamente alta liberdade de imprensa, o que nos levou a focalizar o papel da imprensa na discussão das questões acima, a qual foi um veículo fundamental no processo de formação de opinião. (GHOSH, 2008, p. 1237-1238; KOERBER, 2012). Nesse sentido, é preciso lembrar que o estabelecimento e a expansão da imprensa periódica no Brasil estão intimamente relacionados à formação da “esfera pública”,⁵ referencial teórico que confere grande peso às relações entre política e cultura para entender as conexões entre público e privado e a formação de identidades coletivas e

individuais. (PICCATTO, 2010, p. 169-170).⁶ A questão específica que este artigo se propõe estudar – a importância dos rumores na formação da opinião pública e nas disputas políticas –, entretanto, é aspecto ainda pouco explorado pela historiografia.⁷

O artigo está dividido em três seções. A primeira analisa a disseminação dos rumores de recolonização e sua relação com a formação de uma identidade “brasileira” às vésperas da Abdicação de D. Pedro I. A segunda analisa a disseminação dos boatos de escravização dos pardos pelos liberais distribuídos em Minas Gerais e sua relação com a instabilidade da política local. A última seção conclui o trabalho com uma comparação dos rumores disseminados no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, destacando-se pontos em comum, como o peso das relações étnicas e raciais na configuração de identidades políticas, aspecto crucial para o entendimento da constituição do Estado no Brasil do século XIX.

Os rumores de recolonização no Rio de Janeiro em 1831

A imprensa carioca teve um papel fundamental nos embates políticos que culminaram com a Abdicação. Parte significativa dos principais periódicos colocava-se como defensora e divulgadora dos ideais liberais, sempre atenta em denunciar o que, a seus olhos, pudesse ferir a Constituição. Os liberais moderados, dos quais um dos principais representantes era o periódico *Aurora Fluminense*, concentravam-se na divulgação de um liberalismo pautado pela defesa do Legislativo, da Constituição e da crítica ao governo de D. Pedro I, sobretudo aos ministros; entretanto, poupavam de ataques a figura do Imperador. Defendiam também que as reformas necessárias deveriam ser operadas sem excessos. Já os liberais exaltados, que tinham no periódico *Republico* um representante importante, tendiam a utilizar uma linguagem mais combativa na crítica ao governo de D. Pedro I e a defender o federalismo numa disputa de poder que remonta à Independência e se acirra em 1831. Nesta seção, focaliza-se o papel que tiveram os rumores de recolonização nesses embates.

A crença na recolonização no contexto da Independência foi usada no discurso político para denunciar as disposições legais impostas ao Brasil pelas Cortes portuguesas, que visariam em última instância a fazer o Brasil voltar a ser colônia de Portugal. As fontes, entretanto, não sustentam a existência de um plano recolonizador, embora indiquem que Portugal tentava de fato restabelecer uma supremacia política e comercial. (ROCHA, 2008, p. 9-21). Mesmo assim, a proposta de centralização em Portugal, disseminada na imprensa periódica, adquiriu o significado de restauração do sistema colonial para vários grupos políticos importantes, como para os deputados baianos, interferindo de forma relevante nos acontecimentos do período. (BERBEL, 2005, p. 799-804; LUSTOSA, 2000). Em 1831, os rumores de recolonização disseminaram-se virtualmente por

toda a sociedade e passaram a ameaçar a estabilidade política da corte e a influenciar a vida cotidiana das pessoas.

Em março e abril de 1831, momento de grande difusão dos rumores de recolonização na imprensa carioca, vários episódios descritos nos jornais *Aurora Fluminense*, *Republico* e *Tribuna do Povo* mostravam os ultrajes sofridos pelos brasileiros por parte dos portugueses, que supostamente agiam sob a proteção do governo. Estaria, realmente, esta sociedade imersa em uma epidemia de sentimentos antilusitanos às vésperas da Abdicação de D. Pedro I? Teria o Imperador protegido demais os portugueses gerando-se a ira dos “brasileiros”? Se tomarmos os discursos desses jornais como verdadeiras expressões dos conflitos dos homens que vivenciaram aquele momento, responderíamos que sim. Mas por que o antilusitanismo tornou-se o problema político principal tão repentinamente, e não gradualmente como seria de esperar, se esse sentimento refletisse uma progressiva deterioração das relações entre portugueses e brasileiros? Teria o antilusitanismo agressivo da época sido causado ou mesmo intensificado pela propagação pela imprensa dos rumores de recolonização?

Em 1831, o medo da recolonização pelos portugueses reapareceu com força após a Noite das Garrafadas⁸ e se mobilizaram os debates na imprensa entre os que partilharam tal crença e os que lhe atribuíam ser fruto de rumores. Uma explicação de por que o antilusitanismo ganhava força no período é a concorrência no mercado de trabalho entre portugueses e homens pobres (KARASCH, 2000; RIBEIRO, 2002), disputas essas travestidas como a “Causa do Brasil e amor à Pátria” na Noite das Garrafadas. (RIBEIRO, 2002, p. 215-216). Uma segunda explicação importante na literatura é que, devido à posição predominante dos portugueses no comércio a retalho, eles foram considerados responsáveis pelo alto preço ou escassez de gêneros alimentícios nas sucessivas crises de abastecimento do Rio de Janeiro a partir de 1808. (ROWLAND, 2001, p. 161-162; LENHARO, 1979, p. 41-43). Entender as motivações dos participantes da Noite das Garrafadas, entretanto, não é objetivo deste trabalho, o qual visa a contribuir para se entender a relação deste evento com os rumores de recolonização.

A Noite das Garrafadas pode ser considerada um “ponto de virada”, ou seja, um acontecimento que nos adverte contra simples conexões lineares e nos lembra da importância das contingências e dos acontecimentos imprevistos na reconstituição de transformações importantes.⁹ São evidências da plausibilidade dessa hipótese o fato de que imediatamente após o conflito o periódico *Aurora Fluminense* tenha radicalizado sua linguagem de oposição ao governo de D. Pedro I. A partir desse ponto, no discurso desse periódico, não eram somente os maus ministros e os maus conselheiros que prejudicavam o governo, era toda a nação que passava a ser ultrajada pelos portugueses. Para substantiar essa tese, o *Aurora Fluminense* passou a relatar uma série de conflitos envolvendo brasileiros e portugueses, em que esses últimos foram considerados os agressores. Por

exemplo, revelando que os portugueses dirigiam gracejos referindo-se ao laço da nação que os brasileiros usavam – *larga o tope que já estas forro*.¹⁰ Ouviam-se também pelas lojas, segundo os relatos, expressões como *matar cabras, ensinar bodes*¹¹ quando passava um brasileiro. Falava-se que os habitantes da Rua do Comércio estavam armados com pistolas, espingardas e espadas para repelir os *filhos da pátria*. (AURORA FLUMINENSE, 18/03/1831; 21/03/1831). Nesse sentido, mais do que constatar um súbito e generalizado conflito entre brasileiros e portugueses, o jornal *Aurora Fluminense* parecia politizar sentimentos antilusitanos historicamente presentes nesta sociedade.

Mais veemente na crítica ao governo de D. Pedro I e adotando forte teor antilusitano foi o conhecido jornal liberal exaltado *Republico*. Dois dias antes da Noite das Garrafadas, o *Republico* criticava o não cumprimento da Constituição e acusava o governo de ser guiado por um Gabinete Secreto (REPUBLICO, 09/03/1831), o qual – ao que tudo indica – nunca existiu. O que mais se aproximaria dessa definição era o grupo de pessoas de extrema confiança do Imperador e com acesso diário a ele, cujo membro mais influente, e por isso mais diretamente associado ao suposto *Gabinete Secreto*, foi Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, que ocupou postos importantes e tornou-se secretário do Gabinete Imperial. (SOUSA, 1957, p. 842). Fosse para tentar desfazer os boatos de existência de um Gabinete Secreto, fosse pelas pressões do Ministério, D. Pedro I afastou o Chalaça do Paço, mandando-o para fora do Brasil, provido de pensão, para tratar de assuntos particulares do Imperador. (VIANNA, 1966, p. 83).

As críticas feitas pelo *Republico* ao governo mudaram de perspectiva e adquiriram uma forte conotação lusofóbica após a Noite das Garrafadas. Em uma de suas matérias, colocou o jornal:

É desta forma, Brasileiros, que somos agredidos e agredidos atraíçoadamente pela gente xumbatica? E dir-se-á que a provoquemos? Ah! Malvados, que, acobertados pelo infame *gabinete secreto*, assim derramais o sangue brasileiro que pede vingança! (REPUBLICO, 16/03/1831, p. 217).

Nos números subsequentes do *Republico* até a Abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831, cada vez mais os portugueses foram colocados como favorecidos pelo governo. Por exemplo, a publicação criticou o fato de os comandantes e oficiais superiores do exército, assim como os funcionários públicos mais altos, serem europeus. Mencionou ainda que os presidentes de província, os diplomatas, os conselheiros de Estado e os bispos saíam da *gente sem mescla* e que, em sua opinião, o Rio de Janeiro tornava-se outra Lisboa, pois aí se encontravam os opressores do Brasil. (REPUBLICO, 25/03/1831, p. 227-228). Também, os castigos injustos e os conflitos internos do exército foram divulgados no *Republico* como um conflito fundamentalmente decorrente do favorecimento dos portugueses. (PANDOLFI, 2012, p. 289-290).

Assim como o *Republico*, o periódico liberal exaltado *Tribuna do Povo* radicalizou seu discurso ao politizar os conflitos antilusitanos após a Noite das Garrafadas. Os portugueses passaram a ser descritos como “monstros corrompidos”, “abomináveis portugueses degenerados”, “famintos e desgraçados que aportaram às nossas praias”. (TRIBUNA DO POVO, 24/03/1831, p. 105-106).

Mesmo os periódicos que tendiam a relativizar a polarização “brasileiros” versus “portugueses” não conseguiram se desvencilhar desta dicotomia. Para o periódico *Novo Brasileiro Imparcial*, o *Republico* generalizava ao empregar a expressão “portugueses” na identificação dos desordeiros da Noite das Garrafadas, pois considerava que não foram todos os portugueses residentes na Corte que entraram na desordem, mas os caixeiros e os criados de servir da Rua da Quitanda. Estava convencido, entretanto, de que os brasileiros adotivos¹² e os portugueses que entraram no conflito e que aspiravam a recolonização eram “gente abjeta”, pois os que se encontravam estabelecidos com negócios, lavouras, fábricas e empregos cooperavam para a felicidade do Brasil. (NOVO BRASILEIRO IMPARCIAL, 24/03/1831, p. 9-12).

A discussão acima nos remete à mutabilidade das definições de portugueses e brasileiros. Principalmente após 1823, na Corte e no Sudeste o “partido português” passou a ser formado pelos que apoiavam o projeto centralizador de D. Pedro I e era constituído em sua maioria por mercadores e comerciantes de origem portuguesa. Os que se opunham a esses se colocavam como defensores da causa do Brasil. (ROWLAND, 2003, p. 372). Com Carta de 1824, foram considerados brasileiros todos os portugueses que permaneceram no País após a Independência e que a ela aderiram.¹³ É nesse sentido que, após a Independência, brasileiros e portugueses eram identidades intercambiáveis e carregadas de conteúdo político.

Os rumores de recolonização foram fundamentais para politizar os conflitos antilusitanos historicamente presentes na sociedade brasileira, envolvendo a sociedade de forma mais ampla e assim contribuindo para afirmar uma identidade brasileira que se contrapôs ao português. O *Republico*, por exemplo, divulgou a existência de um suposto plano de ataque por parte dos portugueses por intermédio do Arsenal S. Bento para, a partir dele, lançar fogo para a cidade, o que seria outro dos muitos crimes perpetrados para escravizar os brasileiros e recolonizar o Brasil. (REPUBLICO, 21/03/1831, p. 223; 25/03/1831, p. 228).

No pasquim¹⁴ *Os Dois Compadres Liberais*, os rumores de recolonização foram justificados a partir da exposição de um diálogo entre dois personagens – o *Brasileiro* e o *Europeu*. O *Brasileiro* começou o diálogo afirmando que os *pés-de-chumbo* deveriam ser expulsos do Brasil para reinar de fato a tranquilidade. O *Europeu* respondeu ser esta medida contrária ao direito das gentes e que antes de refutar esta ideia iria perguntar quem eram os *pés-de-chumbo*. O *Brasileiro* respondeu: “São os Portugueses que nos queriam recolonizar, e sujeitar a Portugal” e justificou sua afirmação

em fatos tidos irrefutáveis: a existência de tropas estrangeiras no Brasil, as dez mil armas que o governo comprou sem o consentimento dos representantes da nação, a preferência dos estrangeiros no comando das forças armadas e a formação de um Ministério composto, em sua opinião, de “homens suspeitos”. (OS DOIS COMPADRES LIBERAIS, 29/04/1831, p. 5).

Em outras fontes, a chegada de 10 mil armas importadas pelo Governo apareceu como motivo de suspeitas da recolonização, cuja finalidade seria auxiliar o governo na “reconstrução do absolutismo”. (VEIGA, 1862, p. 23). O *Aurora Fluminense* também se manifestou a esse respeito: “[...] e essas dez mil armas que se fizerão vir da Inglaterra, sabe Deos para que fins, não chegam ainda para se manter a continuação dos abusos que têm afligido o Brazil”. (AURORA FLUMINENSE apud VEIGA, 1862, p. 23). O *Tribuna do Povo* também fez referência à compra de armas, dizendo estar indignado com o fato de um governo constitucional manter coisas ocultas. (TRIBUNA DO POVO, 31/03/1831, p. 113).

Os rumores de recolonização encontravam-se tão propagados na imprensa que mesmo o jornal governista *Novo Censor* foi levado a entrar no debate para tentar desmenti-los, o que parece ter surtido o efeito contrário de lhes acrescentar credibilidade. Ele criticou especificamente as crenças na existência de um Gabinete Secreto e na recolonização, cujo propósito era incitar a desconfiança e a rebelião contra a sagrada pessoa do Imperador. Alertou os brasileiros para não confiarem nesses celerados que lançavam perjúrios como o da recolonização, pois sabiam que tal palavra poderia irritar e armar os brasileiros incautos. (NOVO CENSOR, 05/03/1831, p. 3). Alegou ser uma conspiração lançada pelo *Tribuna do Povo* os boatos sobre a chegada do Chalaça e Luiz do Rego, convidados pelo Gabinete Secreto para executar um plano contra a Independência e a Constituição. (NOVO CENSOR, 12/02/1831, p. 3). O *Novo Censor* criticou também as “falsas ideias” de que os brasileiros adotivos queriam transtornar o equilíbrio da sociedade, defendendo-os como pais de família e que possuíam amor ao Monarca Constitucional e à nação de que eram membros. (NOVO CENSOR, 10/03/1831, p. 2).

Devido à grande disseminação dos rumores, o governo tomou algumas atitudes no intuito de os desmentir, por exemplo, dispersou as tropas estrangeiras, o que calculava o Imperador seria visto pelo povo como prova de confiança e ajudaria a desmentir o outro boato de que ele pretendia dissolver a assembleia de deputados e instituir um governo despótico. (SEIDLER, 1980, p. 283-288). Os rumores, entretanto, persistiram, apoiando-se em circunstâncias casuais como a chegada de 10 mil armas da Europa em outubro de 1830, polêmica exposta em vários jornais, como mencionado acima.

Às vésperas da Abdicação, o sentimento antilusitano apareceu nos relatos sobre o ajuntamento no Campo de Santana, nos dias 5 e 6 de abril, onde povo e tropa se reuniram depois da demissão do Ministério e onde, no dia 7, foi lido o ato de Abdicação.¹⁵ Nesses dias, o militar suíço-

alemão residente no Rio de Janeiro Carl Seidler observou a participação de mulatos orgulhosos de ser brasileiros, como um corpulento manifestante, que declarou: “Que prazer seria dar uma facada nesta canalha portuguesa”. (SEIDLER, 1980, p. 293-299). No mesmo dia em que ocorreu a Abdicação, segundo Bösche (1918), bandos armados de indivíduos das “classes baixas” percorriam as ruas da cidade e davam vivas a si mesmos: “Vivam os valentes e heroicos Brasileiros, vivam os habitantes desta leal e heroica cidade do Rio de Janeiro!” Eles também arrombaram e saquearam lojas e vendas dos portugueses. (BÖSCHE, 1918, p. 214). A possibilidade de reparação pelas injustiças que se corporificavam na figura do português parece ter movido esses populares, somada ao medo da perda da liberdade que a recolonização poderia lhes proporcionar. Para as gentes do povo, portanto, os rumores de recolonização atuaram no fornecimento de categorias e conceitos que lhes permitiam entender as disputas políticas, preenchendo o espaço entre o mundo da política formal e a política das ruas.¹⁶

As fontes nos levam a inferir, portanto, que a crença na recolonização não se limitou aos debates na imprensa. A proximidade dos exaltados com os segmentos pobres certamente favorecia a propagação do medo da recolonização.¹⁷ Por exemplo, o redator do *Republico*, Borges da Fonseca, atuou junto aos militares de baixa patente, com divulgação e denúncia de casos de abuso de autoridade nessa corporação e juntando essa causa à dos liberais, para o que argumentou que tais injustiças relacionavam-se ao governo despótico que tramava a recolonização. (PANDOLFI, 2012, p. 289-291). Mas os conflitos cotidianos entre brasileiros e portugueses nas relações de trabalho e nas diversas esferas da vida social também contribuíam para consolidar a crença de que a sociedade brasileira era ultrajada pelos portugueses que almejavam a recolonização.

Já para os grupos liberais que atuavam na imprensa, difundir o rumor da recolonização naquele momento de incerteza e ansiedade possibilitou se estabelecerem novas relações sociais, como mostrou a união dos moderados e exaltados em torno da mesma causa. Advogar a crença na recolonização como arma de oposição ao governo vigente era, portanto, mais eficaz politicamente, por possibilitar agregar diversos setores da sociedade, do que as bandeiras específicas dos grupos liberais em questão, dando-se a esses grupos maior projeção no espaço público. A capacidade do rumor de recolonização de agregar interesses de grupos diversos ajuda, assim, a esclarecer a perplexidade dos homens que viveram aquela época com a união de facções diversas e muitas vezes divergentes em torno do 7 de abril.¹⁸

Esta união, entretanto, mostrou-se passageira. Nos meses que sucederam a Abdicação, o cenário é de sedições na cidade do Rio de Janeiro, levadas adiante pelos exaltados e por setores do exército descontentes com os rumos da Abdicação. (SOUZA, 1999, p. 99-100).¹⁹

A análise dos periódicos, entretanto, não nos autoriza a afirmar que a divulgação dos rumores era uma estratégia premeditada para depor o governo. A crença na recolonização não era

considerada um rumor pela imprensa liberal, que se esforçou para justificar sua veracidade. Mas o que de fato importa é que essa crença, independentemente de sua veracidade, tornou-se parte constitutiva da realidade e interferiu nos rumos dos acontecimentos, contribuindo para a deslegitimação do governo de D. Pedro I ao envolver a população de forma mais ampla na reconfiguração de identidades políticas como brasileiros e portugueses.

Dessa forma, a imprensa liberal carioca, mais do que refletir conflitos antilusitanos que já existiam nessa sociedade, contribuiu para redefinir identidades ao relacionar os conflitos políticos às questões étnicas. De uma linguagem de oposição ao governo, que utilizava termos como “traidores”, “despóticos” e “gabinete secreto”, a retórica passou a se centrar, após a Noite das Garrafadas, nos portugueses que almejavam a recolonização e que, de certa forma, eram protegidos pelo governo. Como colocou Rowland nos discursos sobre identidade nacional ao longo do século XIX, os portugueses foram os colonizadores contra os quais se afirmou uma identidade “política e simbólica” do novo país. (ROWLAND, 2001, p. 169). A análise de alguns dos principais órgãos da imprensa carioca no período sugere, portanto, que essa dimensão discursiva emergiu nesse momento em meio aos acontecimentos cotidianos como a Noite das Garrafadas e a disseminação de rumores de recolonização na cidade do Rio de Janeiro, os quais acabaram por envolver a sociedade de forma mais ampla.

Os rumores de escravização dos pardos em Minas Gerais

Os rumores de escravização dos pardos pelos liberais estavam diretamente relacionados à instabilidade da política local em um momento ainda de redefinição do espaço político de poder regional em Minas Gerais. Essa instabilidade era, muitas vezes, resultante da falta de clareza sobre as atribuições de poder no novo contexto constitucional, marcado por incompatibilidades entre as instâncias do poder regional, como as atribuições concedidas ao presidente de província, e os poderes locais representados pelo Conselho Geral.²⁰ A partir dos jornais mineiros *Universal* e *Novo Argos*, ambos publicados em Ouro Preto, analisaremos a importância desses rumores nos conflitos políticos locais.

A imprensa mineira desenvolveu-se originalmente nas antigas áreas mineradoras e abarcou um território pequeno da província entre Pouso Alegre e Diamantina, incluindo-se as cidades de Campanha, São João Del-Rei, Tiradentes (na época São José Del-Rei), Barbacena, Ouro Preto, Mariana e Sabará. Até a década de 1860, essa imprensa manteve uma centralidade político-cultural na província de Minas Gerais. (CAMISASCA; VENÂNCIO, 2007, p. 4).

O periódico *Universal* durou 17 anos, teve importante expressão e contou com o político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos como um dos seus redatores. Já o *Novo Argos* circulou de

1829 a 1834 sob a direção do padre Antônio José Ribeiro Bhering. (COSTA FILHO, 1955, p. 18). Ambos exerceram uma pedagogia liberal, marcada por uma forte preocupação com a divulgação das ideias ilustradas e a convicção de que a opinião pública poderia ser conquistada por meio do embate de opiniões. (SILVA, 2006, p. 41-44). Ambos os periódicos podem ser considerados, no final do Primeiro Reinado, publicações de cunho liberal moderado, empenhados na defesa de um governo monárquico representativo que deveria pautar-se pela divisão dos poderes determinados pela Constituição.

Eles advogavam reformas que propiciassem uma política mais autônoma em relação ao governo central, mas negavam o republicanismo e afirmaram seu compromisso com a monarquia. Para o *Universal*, a federação que lhes convinha seria representada pelos Conselhos Provinciais e pelas municipalidades eletivas e suas respectivas atribuições demarcadas pela lei. (UNIVERSAL, 07/01/1831; 31/12/1830, p. 1). O *Novo Argos*, por sua vez, argumentava que não pregava a Federação e somente defendia reformas em alguns artigos da Constituição, cuja motivação era o amor à pátria e nunca o desejo de revolução ou cenas de horror, como se falou na “Proclamação aos Mineiros”²¹ que o Imperador lançou em Ouro Preto durante sua viagem à província de Minas Gerais, em 1831. (NOVO ARGOS, 10/03/1831). Especificamente, o *Novo Argos* defendia a alteração do artigo 165 da Constituição que autorizava o Governo a nomear e demitir os Presidentes das Províncias, a seu arbítrio. Considerava essa atribuição a fonte dos males dos mineiros por trazer à Presidência da Província inimigos ou estrangeiros que não a conheciam. Conclamou pelo direito de o povo nomear o Presidente de Província, pelo menos em listas tríplexes, e defendeu os Conselhos Provinciais e as autoridades eletivas. (NOVO ARGOS, 10/03/1831).

Os conflitos locais, entretanto, impulsionaram o *Universal* e o *Novo Argos* a entrar em uma guerra de intrigas e rumores travada via imprensa. O principal alvo de ataques por parte desses periódicos foi o jornal *O Telegrapho* que circulou de 1828 a 1831, com a expressão “telegráfico” utilizada por eles como sinônimo de absolutista.

Apesar de não termos acesso aos números do *Telegrapho* de 1831, foi possível reconstituir indiretamente as discussões nele contidas pelas críticas que o *Universal* lhes dirigiu.²² Em geral, o *Telegrapho* aceitava as mudanças de presidentes de província e comandantes militares feitas pelo governo central e as via como prudentes, em vista da oscilação do espírito público causada pelos escritos incendiários. Considerava, entretanto, que as principais autoridades da província deveriam ser de inteira confiança do governo e possuir relações com pessoas influentes da província para melhor promover a ordem e infundir respeito. (UNIVERSAL, 05/01/1831, p. 1-2).

Foi neste contexto político que os rumores de escravização dos pardos pelos liberais ganharam ampla repercussão na imprensa. Mas, por que os pardos eram tão importantes na disputa política em Minas Gerais? Minas era a província mais populosa e de importante localização

geográfica na economia de abastecimento, na primeira metade do século XIX. (LENHARO, 1979). Com as dificuldades de uma economia dependente da mineração por volta de 1750, ocorreu uma transição para uma economia mais diversificada voltada para o mercado interno já existente, havendo um redirecionamento da atividade produtiva. (LIBBY, 1988). As regiões de ocupação mais antiga, núcleo da economia mineira do século XVIII, apesar de apresentarem taxas menores de crescimento ao longo do século XIX, se mantiveram com posição hegemônica por causa de sua expressiva rede urbana e por desfrutarem dos ganhos de exportação como entreposto comercial para regiões mais periféricas. Assim, na década de 1830, 65,9% da população encontravam-se concentrados em 21,8% do território da província que abrangia as regiões de povoamento mais antigo. (RODARTE et al, 2011, p. 13-14).

Para a década de 1830, a população de Minas Gerais foi estimada em 848.177 habitantes, dos quais 572.099 eram livres e 276.098, escravos. (RODARTE et al, 2011, p. 6). Essa população era composta majoritariamente por indivíduos que descendiam de africanos, muitos dos quais haviam conquistado a liberdade, e em que os mestiços representavam 2/3 dos homens livres na província de Minas Gerais. (FLORENTINO; GÓES, 2013, p. 3). Muitos deles, principalmente nas regiões mais antigas de Minas Gerais, ascenderam socialmente e passaram a ocupar espaços na vida política que demarcavam seu distanciamento em relação ao mundo da escravidão, por exemplo, no acesso às escolas de instrução elementar (FONSECA, 2009) e à posse de escravos. (FLORENTINO; GÓES, 2013).

Paralelamente a esta configuração social, os diversos termos utilizados para descrever a população negra não representavam somente categorias relacionadas à miscigenação. A percepção sobre a liberdade ditava o significado da cor como um mecanismo de distinção social na passagem do século XVIII para o XIX na região sudeste. (MATOS, 1998). Por exemplo, em documentação sobre os matrimônios em Minas Gerais, as declarações de raça e cor eram imprecisas e representavam muito mais uma escala social, sendo a cor branca o referencial superior desta escala. (BOTELHO, 2004, p. 8-9). Em listas nominativas de alunos da província de Minas Gerais no século XIX, um mesmo aluno aparecia como crioulo nas listas nominativas e pardo na documentação escolar, uma vez que a escola era uma instituição que conferia *status* para qualificar a população negra. (FONSECA, 2009, p. 16). O termo pardo, portanto, não aparecia somente relacionado à cor mais clara da pele do mestiço, para o qual era usado o termo mulato, este sim, mais relacionado à miscigenação.

Apesar de conquistas sociais e materiais, a população negra livre temia pela perda da liberdade recém-conquistada. Em Ouro Preto e Mariana foram divulgados rumores de que os liberais queriam escravizar ou oprimir os homens pardos. As ruas de Mariana, especialmente, encontravam-se repletas de pasquins insultantes aos liberais, cujos conteúdos eram considerados

pelo periódico carioca *Republico* repletos de boatos imprudentes. O *Republico* transcreveu o conteúdo de um desses pasquins:

*Será rei da republica
O malvado Vasconcelos
Cora o sangue dos patifes,
Que os pardos vão cativar.* (REPUBLICO, 26/03/1831, p. 232).

O pasquim acima citado fez referência ao famoso líder liberal mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, acusado de republicano e de ter intentos de cativar os pardos, ou seja, torná-los escravos. Nesta luta política movida a rumores, a imprensa liberal acusava o jornal *Telegrapho* de afixar pasquins em vários lugares em Mariana. Segundo um leitor, em carta publicada no *Universal*, tais pasquins eram elaborados com o objetivo de atingir a honra dos verdadeiros constitucionais com a acusação de republicanos. (UNIVERSAL, 11/03/1831, p. 4).

A invenção de que os homens brancos queriam reconduzir os homens pardos à escravidão não era novidade, segundo o *Universal*, e dela teriam se servido os inimigos do primeiro Governo Provisório da província de Minas Gerais. Chamou de “nojenta intriga” e sem comprovação os rumores de que os liberais pretendiam cativar os pardos. Defendeu que os liberais abominavam a distinção pela cor e respeitavam o talento e a virtude do indivíduo. (UNIVERSAL, 16/03/1831, p. 2). Sobre essa polêmica, uma correspondência assinada por “O Liberalão” advertiu que em 1822 os absolutistas espalharam o boato de que o Governo Provisório pretendia cativar os pardos e, naquele momento em que o Imperador viria a Minas, usavam de semelhante intriga. (UNIVERSAL, 16/03/1831, p. 7).

A disseminação de rumores em Mariana teria chegado ao auge com o aparecimento, quase todas as noites, de novos pasquins *infamantes*. Os liberais acusavam as autoridades de serem indiferentes e pediam providências, conclamando os magistrados a cumprirem a lei para evitar desordens perniciosas. Com o intuito de desmentir os rumores, o *Universal* lembrou que os pardos eram uma “classe” numerosa entre os liberais e que, por terem certa instrução, não poderiam ser dominados arbitrariamente, pois “quem conheceu uma vez os direitos de Cidadão, jámais os quererá perder”. (UNIVERSAL, 16/03/1831, p. 2-3).

A Carta de 1824 era referência para a imprensa liberal defender os direitos dos pardos livres. Ela estabeleceu que todos os homens livres nascidos no Brasil eram cidadãos brasileiros, diferenciando-os apenas sob o ponto de vista dos direitos políticos estabelecidos a partir das posses. Cabe destacar que em sua elaboração não se recorreu a fundamentos raciais na definição da cidadania. (MARQUESE; BERBEL, 2007). Nesse sentido, o *Universal* apoiou-se na Carta de 1824 para argumentar que os inimigos dos pardos eram os telegráficos, que não a queriam por ela

desconsiderar o “critério de cores” e se importar somente com o mérito. Entre os telegráficos destacaram-se “os malvados frades”, que tratavam os brasileiros de “cabras” e “bodes”. (UNIVERSAL, 16/03/1831, p. 6-7).

As elites locais, apesar de divergentes entre si, tentavam cooptar o apoio do Imperador, principalmente durante sua estada em várias cidades mineiras. Quando o Imperador chegou a Mariana, o Bispo – tido como telegráfico – fez um discurso em que afirmou que os “fabricadores de Babel pretendiam suplantar a Religião e a Constituição” e substituí-las pelo republicanismo ou pela federação. Declarou ao Imperador, em nome dos honrados mineiros, que eles queriam “Religião, Imperador e Constituição, e nada de federalismo”. (UNIVERSAL, 26/03/1831, p. 1-2).²³ Para o *Universal*, este discurso veio “fazer patente e manifestos todos os boatos que se espalharão na ocasião da chegada de SS. MM. II.”, como o de que havia uma lista de liberais condenados à morte em Caxoeira do Campo. O *Universal* retrucou dizendo que os liberais não desejavam substituir a Constituição pelo republicanismo ou federalismo. O Bispo, segundo o jornal, falsamente ostentava a constitucionalidade, pois disse perante os eleitores nas últimas eleições em Mariana que a “Constituição e o Conselho Geral erão obra do diabo; e que este nunca estivera mais contente do que agora”. (UNIVERSAL, 25/03/1831, p. 2).

Os rumores de que os liberais pretendiam escravizar os pardos disseminaram-se pelas ruas de Ouro Preto e Mariana, mobilizando os pardos a publicar cartas na imprensa, ora para defender os liberais, ora para justificar o status de homens livres. Ainda que essas cartas anônimas possam ter sido forjadas pelo *Universal* no intuito de se defender das acusações, elas mostram que, de certa forma, o espaço da imprensa estava aberto à população negra livre. Devido ao acesso e predomínio dos pardos nas escolas de instrução elementar em Minas Gerais (FONSECA, 2009), não é ilusório acreditar na autoria dessas cartas. Cabe ainda destacar que na Regência surgiram jornais organizados por uma primeira geração de brasileiros negros ilustrados para denunciar o “preconceito de cor” e reivindicar direitos de cidadania contemplados na Constituição de 1824 (AZEVEDO, 2005, p. 300), o que pode indicar uma prévia participação dos pardos escritores na imprensa liberal.

Em carta assinada por “Um pardo”, o leitor lastimou que o jornal *Telegrapho* almejasse indispor a honrada e numerosa classe dos pardos contra os liberais. Afirmou que o *Telegrapho* era o único periódico que usava a cor para insultar os cidadãos empregando palavras como bode, cabrito, negro, e que os únicos inimigos dos pardos eram os telegráficos. Como prova de que os telegráficos eram inimigos dos pardos, citou o bispo de Mariana, que nas suas escolhas para capelão excluiu os pardos. Mencionou ainda que em Mariana alguns padres que eram bons cantores não foram admitidos como capelães somente por serem pardos. Afirmou também que os liberais, ao contrário do que diziam, defendiam que todos eram iguais perante a lei e que “tanto o pardo, como o crioulo

estão nas circunstâncias de ocuparem todos os lugares no Império”. (UNIVERSAL, 16/03/1831, p. 6-7).

A ausência de critérios raciais e a valorização do mérito foram constantemente ressaltadas como qualidades pertencentes aos liberais, tanto pelos redatores quanto nas correspondências. Em carta assinada por “O Liberalão”, o leitor alegou que os liberais da província tinham nomeado para o cargo de eleitores e juízes os homens pardos. Também, lembrou que dentre os mais liberais da província estavam os homens pardos e, por isso, não fazia sentido que os liberais quisessem promover a ruína de si mesmos. (UNIVERSAL, 16/03/1831, p. 7). A negação de critérios raciais na defesa dos direitos de cidadania na imprensa, entretanto, não veio acompanhada da condenação da escravidão.

Tudo indica que esses rumores não eram unicamente uma guerra de jornalistas. Como representante dos liberais, os periódicos *Universal* e *Novo Argos* defenderam-se veementemente das acusações de almejam escravizar os pardos. O *Universal* afirmou que não havia entre eles “prejuízos de diversidade de cores”, uma vez que os homens deveriam ser escolhidos por suas capacidades morais, e não pelas “acidentais”. Mencionou ainda que não eram os liberais que, quando em interpretação do hino nacional brasileiro, mandavam cantar o “Brava Gente Brasileira” como “Cabra Gente Brasileira”. (UNIVERSAL, 16/03/1831, p. 2). O jornal, dessa forma, fazia crítica ao uso do termo “cabra”, que não estava somente relacionado à miscigenação, mas tinha um significado social que atribuía aos que assim eram designados certa incapacidade de se tornarem civilizados. (FONSECA, 2009, p. 11). O *Novo Argos*, a partir da recopilação de outro periódico, também reiterou que os liberais abominavam a distinção pela cor e respeitavam o talento e a virtude do indivíduo. (NOVO ARGOS, 10/03/1831, p. 3).

É nesse sentido que as fontes indicam que os termos “liberais” ou “federalistas” não podem ser associados ao “povo” ou à liberdade na província de Minas Gerais. Os periódicos liberais mineiros se esforçaram enormemente para se desvencilhar da imagem de que almejavam a escravização dos pardos. Em sua defesa, os liberais alegaram existirem rumores que já não eram mais “meros boatos”, e que, sim, havia fatos e provas que confirmavam a existência de planos contra a vida de alguns liberais. Apareceram como mentores dos supostos planos de assassinatos pessoas ligadas ao redator do *Telegrapho*. O espancamento de um homem que foi confundido com o padre Jardim, que havia sido ameaçado pelos telegráficos, foi usado como prova. O próprio padre Jardim fez uma representação ao governo, em que relatou que cidadãos pacíficos eram ameaçados por toda a cidade de Mariana a pretexto de serem republicanos e pediu providências urgentes. (UNIVERSAL, 21/03/1831, p. 1-2).

Os rumores de escravização dos pardos fizeram com que os engajamentos ideológicos dos liberais fossem suspensos em favor da exploração de outras possibilidades que testaram os limites

desses grupos. Os liberais mineiros não eram associados à liberdade e aos ideais constitucionais, como se colocavam como defensores, mas à escravização dos pardos. Nesta luta política movida a rumores, tanto liberais como telegráficos se definiam contrários a comportamentos antiéticos de seus adversários para justificar suas próprias reivindicações de legitimidade. Eles se opunham ao radicalismo inconstitucional em dois extremos – republicanismo ou federalismo dos liberais versus absolutismo dos portugueses e dos telegráficos.²⁴

Apesar da comunicação entre as províncias ser dificultada por causa dos caminhos e meios de transporte precários, as cartas e os impressos chegavam pelos correios que, mesmo lento e cobrindo cerca de 30 quilômetros por dia, foi importante meio de comunicação entre os lugares mais distantes. (JINZENJI, 2008, p. 58). Da capital mineira Ouro Preto, três saídas mensais dos correios se dirigiam a Mariana, Barbacena, São João Del-Rei, Baependi, Tiradentes (na época São José Del-Rei), Itapeçerica (na época Tamanduá), Campanha, Jacuí, Conselheiro Lafaiete (na época Queluz), Sabará, Pitangui, Paracatu, Caeté, Serro (na época Vila do Príncipe), Diamantina e Minas Novas, além de saídas para o Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo. (CAMISASCA; VENÂNCIO, 2007, p. 6). Nesse sentido, a área de abrangência de um periódico era muito maior do que aquela em que ele era editado.²⁵

Com a chegada de notícias da Corte sobre a Noite das Garrafadas na província mineira em 30 de março de 1831, os conflitos entre liberais e telegráficos e os rumores de escravização dos pardos ganharam novas interpretações. O *Universal* argumentava que a nação estava indignada com tamanha afronta e que “cada Brasileiro deve ser um soldado que pegue em armas para desafronta da sua Nação”. (UNIVERSAL, 30/03/1831, p. 5). Nos números subsequentes, as matérias escritas pelo *Universal*, a recopilação de trechos dos jornais cariocas e as cartas dos leitores informavam sobre a Noite das Garrafadas e as ofensas sofridas pelos brasileiros impostas pelos portugueses que agiam sob a convivência e certa proteção do governo. Afirmavam também que um partido recolonizador queria unir o Brasil a Portugal. (UNIVERSAL, 30/03/1831, p. 4-6; 04/04/1831, p. 1-4; 06/04/1831, p. 3-4; 08/04/1831, p. 2-3; 11/04/1831, p. 2-3; 13/04/1831, p. 2-4; 15/04/1831, p. 1-4).

Os conflitos em Mariana e Ouro Preto entre liberais e telegráficos, apesar de perderem espaço para os acontecimentos da Corte, foram abordados com um enfoque antilusitano. Em correspondência publicada no *Universal*, assinada pelo “O Brasileiro Nato”, os conflitos em Mariana ganharam um sentido antilusitano. Ele narrou o estado de conflagração em que se encontrava a cidade de Mariana, onde “brasileiros adotivos” armaram seus escravos e espalharam “boatos aterradores”, perturbando o sossego daqueles que eram taxados de Republicanos porque nasceram no Brasil, sendo um cidadão insultado porque alguns europeus disseram que ele queria cativar os homens de cor. (UNIVERSAL, 11/04/1831, p. 3-4). Em matéria do periódico *Sentinella do Serro*, transcrita no *Universal*, o redator associou os portugueses presentes nas Garrafadas que

gritavam “morram os bodes” aos telegráficos, que estavam contra a gente de cor. (UNIVERSAL, 25/04/1831, p. 2).

No número de 18 de abril de 1831, com a matéria intitulada “Triunfo da Liberdade”, a notícia da Abdicação foi anunciada pelo *Universal*. Com o lema de “União, Harmonia e Fraternidade”, a Câmara de Ouro Preto conclamou pela moderação, pela extinção das rivalidades e para que se ignorassem as doutrinas insidiosas. (UNIVERSAL, 20/04/1831, p. 2). A partir desse momento, o *Universal* passou a afirmar que o Imperador havia sido enganado por seus Ministros e *pérfidos* Conselheiros ao acreditar em invenções de que os liberais possuíam intentos republicanos. (UNIVERSAL, 22/04/1831, p. 1-2).

No número de 29 de abril de 1831, o *Universal* anunciou que o periódico *Telegrapho* encerrou seus trabalhos sem dar explicações aos leitores sobre os motivos. O encerramento desta folha foi associado à “queda do Tirano” D. Pedro e patrono dos telegráficos. (UNIVERSAL, 29/04/1831, p. 1). Com o triunfo político dos liberais e o consequente desaparecimento do *Telegrapho*, a polêmica da escravização dos pardos perdeu relevância na imprensa liberal mineira. Na visão do *Universal*, reinava naquele momento a união entre os habitantes de Ouro Preto, tendo as desavenças particulares sido esquecidas.

As fontes analisadas sugerem, assim, ter existido uma crença difundida no rumor da escravização dos pardos nas cidades de Mariana e Ouro Preto. O contexto de incertezas e ambiguidades propício à disseminação desse rumor pode ser atribuído, ao menos em parte, às pressões inglesas para extinguir o tráfico de escravos, que culminou com a assinatura do acordo em 1826, em que o Brasil concordava em extinguir o tráfico em março de 1830. Embora esse tráfico tenha continuado com a expansão das fazendas de café e a demanda de mão de obra. (COSTA, 1998, p. 21), pairava a ameaça de sua extinção, tornando-se plausível, de seu ponto de vista, a possibilidade de que negros e pardos livres voltassem a ser escravizados para suprir esta crescente demanda.

Já para os “telegráficos”, propagar o boato da escravização dos pardos foi um meio, consciente ou não, de se projetarem e angariarem apoio no espaço público num momento em que seus opositores liberais ganhavam representação na imprensa. Entretanto, as desconfianças lançadas pelos rumores que acusavam os liberais de ter intento de escravizar os pardos foram neutralizadas nesse momento pela afirmação de uma identidade mais inclusiva racialmente de união dos brasileiros contra os portugueses recolonizadores, como foi constantemente retomada pelos liberais mineiros e cariocas para reafirmar o caráter heroico da Abdicação.²⁶

Conclusão

Após a Noite das Garrafadas, os conflitos entre brasileiros e portugueses presentes na cidade do Rio de Janeiro tornaram-se o problema fundamental da política. A politização dos conflitos antilusitanos nessa cidade foi um terreno fértil para a disseminação dos rumores de recolonização, em que portugueses e brasileiros passaram a conviver com um profundo sentimento de incertezas quanto aos rumos de seu futuro.

Elementos que constituem a formação de rumores como a ansiedade, a incerteza e a ambiguidade, como tem apontado a psicologia social, estiveram presentes no contexto em que esses rumores se propagaram. Entretanto, mais do que usar os rumores para reduzir essa ansiedade ou atribuir sentido às ambiguidades, disseminá-los serviu para o estabelecimento de relações sociais, para que os grupos que atuavam na imprensa ampliassem seu escopo de atuação política e adquirissem prestígio.

Se o medo da recolonização dos brasileiros pelos portugueses e a ameaça de escravização dos pardos em Minas Gerais eram reais ou não, é secundário. O que importa na análise em questão é que muitos passaram a acreditar que eram reais, e isto se tornou parte constitutiva da realidade. Se os rumores surgiram na imprensa ou nas ruas, é difícil afirmar. O fato é que eles se espalharam pela cidade. Poderiam ter levado a um estado de pânico e enfrentamentos diretos, contudo, eles foram desradicalizados com a Abdicação de D. Pedro I e com o discurso de legitimação deste evento, pelo que os liberais advogavam que os portugueses inimigos e traidores haviam sido vencidos em prol da felicidade e da união dos brasileiros. Assim, sem subverter a ordem escravocrata, os negros e os pardos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram incluídos em um sentimento do que significava ser “brasileiro”.

Os rumores de recolonização disseminados na cidade do Rio de Janeiro chegaram à província mineira especialmente por meio da imprensa e não somente instigaram rivalidades étnicas, mas ajudaram a desradicalizar os embates políticos entre liberais e telegráficos na província em nome da união dos brasileiros contra os portugueses inimigos. Mesmo que a união dos grupos tenha se mostrado posteriormente passageira, a ideia da “nação ultrajada” em contraposição ao estrangeiro – os portugueses – ganhou corpo para além da nação, relacionada às identidades regionais.²⁷ Os rumores em questão mostraram, sobretudo, o peso das relações étnicas e raciais na formação da identidade brasileira em contraposição ao português, o que contribuiu decisivamente para o fim do Primeiro Reinado.

Referências

ALLPORT, G.; POSTMAN, L. **The psychology of rumor**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1947.

AURORA FLUMINENSE, 18 mar. 1831; 21 mar. 1831.

AZEVEDO, Celia M. Marinho. A recusa da “raça”: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 297-320, 2005.

BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JANCSÓ, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

BÖSCHE, Eduardo. Quadros alternados: viagens terrestres e marítima, aventuras, acontecimentos políticos, descrição de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 83, 1918.

BOTELHO, Tarcisio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: **ABEP- XIV Encontro Nacional de Estudos populacionais**, 2004.

CAMISASCA, Marina; VENÂNCIO, Renato. Jornais mineiros do século XIX: um projeto de digitalização. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Ouro Preto, ano II, n. 01, 2007.

CARTAS AO POVO, 1831(Extraordinário); 15 jun. 1831.

COSTA FILHO, Miguel. **A imprensa mineira no Primeiro Reinado**. Tese apresentada ao VI Congresso Nacional de Jornalistas. Rio de Janeiro, 1955.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

FARGE, Arlette. **Subversive Words: public opinion in Eighteenth-century France**. Pennsylvania State University Press, 1994.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José. Padrões de mobilidade e miscigenação racial no Brasil escravista, Rio de Janeiro, século XIX. **América Latina História Econômica**, n. 3, p. 5-27, 2013.

FONSECA, Marcus. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 585-599, 2009.

FONSECA, S. Apontamentos para o estudo da linguagem republicana na conformação de identidades políticas na imprensa regencial fluminense. In: NEVES, L. et al. (orgs.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 94-112.

GHOSH, Anjan. The role of rumor in history writing. **History Compass**, v. 6, n. 5, 2008.

GUERIN, Bernard; MIYAZAKI, Yoshihiko. Analyzing rumors, gossip, and urban legends through their conversational properties. **The Psychological Record**, v. 56, p. 23-34, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João P. G. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 2000, v. 1.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher**: lições de política e moral no periódico mineiro *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação/UFGM, Belo Horizonte, 2008.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOERBER, Benjamin William. **The aesthetics and politics of rumor**: the making of Egyptian public culture. Dissertation (Doctor of Philosophy) – The University of Texas, Austin, 2012.

LEFEBVRE, Georges. **O Grande Medo de 1789**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Ivana Stolze. Com a palavra, a cidade mestiça: imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833. In: MATTOS, I. (org.). **Ler e escrever para contar**: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: ACESS, 1998, p. 161-184.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MARQUESE, Rafael; BERBEL, Márcia. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824). In: CHAVES, C.; SIVEIRA, M. (orgs.). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: o significado da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOREIRA, Luciano da Silva. Mineiros além da província: relações interprovinciais por meio da imprensa periódica (São Paulo e Minas Gerais, 1827-1842). In: **Seminário Internacional Justiça, Administração e luta social**: dimensões do poder em Minas Gerais, 2010. Anais...Mariana (MG), 2010, p. 1-15.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia. Opinião Pública. In: FERES JÚNIOR, J. (orgs.). **Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 2009, p. 181-202.

NOVO ARGOS, 10 mar. 1831.

NOVO BRASILEIRO IMPARCIAL, 24 mar. 1831.

NOVO CENSOR, 12 fev. 1831; 05 mar. 1831; 10 mar. 1831.

OS DOIS COMPADRES LIBERAIS, 29 abr. 1831.

PANDOLFI, Fernanda C. **A Abdicação de D. Pedro I**: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis -SP, 2007.

PANDOLFI, Fernanda C. Política, imprensa e a participação dos militares na Abdicação de Dom Pedro I. **História Unisinos**, São Leopoldo-RS, v. 16, n. 3, 2012.

PICCATO, Pablo. Public sphere in Latin America: a map of the historiography. **Social History**, v. 35, n. 2, 2010.

REPUBLICO, 09 mar. 1831; 16 mar. 1831; 21 mar. 1831; 25 mar. 1831; 26 mar. 1831.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

ROCHA, Antonio Penalves. **A recolonização do Brasil pelas Cortes**: história de uma invenção historiográfica. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

RODARTE, Mario et al. A reinvenção das minas pelas gerais: transformações econômicas e demográficas nas regiões das Minas Gerais oitocentistas. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011, p. 1-21.

ROMEIRO, Adriana. Os rumores na Guerra dos Emboabas. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica**: Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008.

ROSNOW, R. L. Inside rumor: a personal journal. **American Psychologist**, 46, p. 484-496, 1991.

ROWLAND, Robert. Manuéis e Joaquins: a cultura brasileira e os portugueses. **Etnográfica**, v. 1, 2001.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

SHIBUTANI, Tamotsu. **Improvised news**: a sociological study of rumor. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Company, 1966.

SILVA, Ana Cloclet da. De comunidades a nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). **Almanack Braziliense**, n. 02, p. 43-63, 2005.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: NEVES, L. et al. (orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil**: a vida de d. Pedro I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, v. 4.

SOUZA, Adriana Barreto de. **O exército na construção do Império**: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

TACKETT, Timothy. Rumor and Revolution: the case of the September Massacres. **French History & Civilization**, v. 4, 2011.

TACKETT, Timothy. **When the king took flight**. Cambridge: Harvard University Press, 2003, e-book, Kindle Edition.

TRIBUNO DO POVO, 24 mar. 1831; 31 mar. 1831.

UNIVERSAL, 31 dez. 1830; 05 jan. 1831; 07 jan. 1831; 11 mar. 1831; 16 mar. 1831; 21 mar. 1831; 25 mar. 1831; 26 mar. 1831; 30 mar. 1831; 04 abr. 1831; 06 abr. 1831; 08 abr. 1831; 11 abr. 1831; 13 abr. 1831; 15 abr. 1831; 20 abr. 1831; 22 abr. 1831; 25 abr. 1831; 29 abr. 1831.

VEIGA, Luiz Francisco da. **A Revolução de 7 de abril de 1831 e Evaristo da Veiga**. Rio de Janeiro: Typ e Const. de J. Villeneuve & C, 1862.

VIANNA, Hélio. **D. Pedro I e D. Pedro II**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1966.

WHITE, Luise. **Speaking with Vampires**: rumor and history in colonial Africa. Berkeley: University of California Press, 2000.

Notas

¹ Embora, em alguns casos, seja relevante definir o termo boato como a disseminação de notícias patentemente falsas, utilizo os termos boatos e rumores como sinônimos, isto é, como notícias anônimas que circulam publicamente, sem confirmação (ver, por exemplo, ROMEIRO, 2008, p. 80). Apesar dos rumores aqui analisados não serem considerados como tal por alguns grupos que se esforçavam para comprovar sua veracidade, considero que eles se enquadrem nessa definição, segundo a literatura sobre o assunto, como se referindo a relatos sem comprovação com evidências seguras disseminados em contextos marcados por ambiguidades, perigos ou hostilidades. Discuto essa literatura na segunda página do artigo.

² O moderno conceito de opinião pública relaciona-se ao momento em que as discussões políticas não se restringem mais ao círculo privado da Corte. No final do Primeiro Reinado, o conceito incorporou a ideia da soberania popular, visão partilhada pelos liberais exaltados. (NEVES, 2009, p. 190-191).

³ Timothy Tackett (2011) observou diversos elementos do rumor destacados pela psicologia social nos rumores que precederam o “Massacre de Setembro” na França em 1792 como, por exemplo, situação tensa e ambígua e vácuo de autoridade e legitimidade. Ver também White (2000).

⁴ Principalmente Rosnow (1991) afirma que a transmissão dos rumores ocorre porque as pessoas precisam explicar a ambiguidade e a incerteza dos eventos, ajudando-os a reduzir a ansiedade que eles provocam. O sociólogo Shibutani

(1966) considera o rumor uma “notícia improvisada” que surge quando ocorrem eventos significativos embora ambíguos, fornecendo dessa forma direção ao grupo.

⁵ No trabalho de Habermas (1984) a esfera pública não é meramente descritiva, é um espaço conceitual em que cidadãos privados discutem assuntos de interesse comum. O surgimento dela está relacionado à emergência de espaços da vida social (salões, cafés, jornais, etc.).

⁶ A imprensa no Brasil na primeira metade do século XIX tem sido objeto crescente de pesquisas, sobressaindo abordagens com enfoque no conceito de esfera pública, na análise histórica dos conceitos e no papel dos periódicos na eclosão de acontecimentos. (MOREL, 2005; LUSTOSA, 2000, FONSECA, 2006; SILVA, 2006).

⁷ Para uma análise do rumor como objeto de estudo no período colonial, ver o trabalho de Romeiro (2008).

⁸ A denominação “Noite das Garrafadas” foi dada aos conflitos políticos e sociais ocorridos entre 13 e 15 de março de 1831 na cidade do Rio de Janeiro, em que portugueses e brasileiros se atracavam com cacos de garrafas e outros objetos. Eles começaram numa comemoração em que os moradores da Rua da Quitanda solicitaram autorização para celebrar com bandas de música a volta da viagem de D. Pedro I à província de Minas Gerais.

⁹ Tackett (2003) observou que a fuga do rei da França para Varennes em julho de 1791 causou um profundo efeito traumático na população em geral, tornando-se uma prova da realidade da grande conspiração mesmo para elites e para a maioria dos setores inicialmente contrária à violência.

¹⁰ O termo *tope nacional* refere-se ao laço verde amarelo usado na época da Independência. Com esse xingamento, os portugueses provavelmente pretendiam zombar de seu uso, considerado desnecessário, uma vez que os brasileiros já estavam forros, ou seja, libertos de Portugal. No Primeiro Reinado, o tope nacional fazia parte da vestimenta usada pelos liberais exaltados, como emblema político de afirmação de identidade, passando – no contexto da Abdicação – a ser um símbolo da oposição dos brasileiros aos portugueses. (PANDOLFI, 2007, p. 49).

¹¹ O apelido *cabra* referia-se à cor parda dos brasileiros e era empregado no sentido de diminuir e depreciar a indefinição racial do brasileiro. Segundo Lustosa (2003), a imprensa que atuou a favor da Independência identifica a mistura racial da população como um distintivo de brasilidade, em reação aos jornais portugueses que depreciavam racialmente os brasileiros.

¹² Brasileiros adotivos eram os portugueses residentes no Brasil quando ocorreu a Independência.

¹³ Ver item 4º do Art. 6º “São cidadãos brasileiros” da Constituição Política do Império do Brasil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao24.htm.

¹⁴ O pasquim é uma modalidade da imprensa com características específicas: cunho panfletário, linguagem violenta e polêmica. De caráter efêmero, não possuiu a periodicidade dos jornais. (SODRÉ, 1966, p. 96-98).

¹⁵ Para a reconstituição de como se formou esse ajuntamento de “tropa e povo” nos dias 6 e 7 de abril de 1831 e os personagens envolvidos, ver Pandolfi (2007, p. 133-141).

¹⁶ Nessa perspectiva analítica, Luise White (2000) mostrou como os rumores de vampiros na África Oriental colonial, que postulavam que os europeus se apossavam do sangue africano, forneceram aos colonizados acesso a categorias e conceitos para apreenderem a dominação colonial.

¹⁷ Apesar da proximidade dos exaltados com os segmentos pobres, não podemos associá-los como tal, uma vez que sua composição social não era fundamentalmente diferente dos Moderados e Caramurus. Entretanto, possuíam uma identidade política que se organizava em redes de (contra) poder em diversas províncias, mas sem chegar a ocupar o poder central. (MOREL, 2005, p. 109-114).

¹⁸ Nesse sentido se pronunciou o pasquim *Cartas ao Povo*: “Possam a razão, e amor da propriedade da Pátria, fazer-nos esquecer pequenas dissensões, pequenos ódios, e tudo sacrificar nos altares da liberdade, e do bem geral”. (CARTAS AO POVO, 1831, Extraordinário, p. 4).

¹⁹ O pasquim *Cartas ao Povo* refere-se às desordens que mancham a gloriosa revolução. Alerta os brasileiros de que eles estão em perigo, lembrando-lhes que no dia 7 de abril eles venceram o partido português, mas que agora há um partido de “falsos brasileiros”. (CARTAS AO POVO, 15/06/1831).

²⁰ Sobre as atribuições do Conselho Geral e dos Presidentes de Província e as tensões entre ambos para o período em questão, ver Silva (2005, p. 52-57).

²¹ De autoria de D. Pedro I, a “Proclamação” foi reproduzida em vários jornais mineiros e cariocas e foi objeto de inúmeras polêmicas. Nela, o Imperador refere-se ao *partido desorganizador* que, sob a influência dos acontecimentos da França, espalha panfletos e calúnias contra a sua pessoa e contra o governo. Faz menção à existência de um partido que deseja desencadear uma guerra civil e que prega a adoção da “forma federativa”.

²² Na literatura sobre a imprensa mineira, este periódico é grafado como *Telégrafo*, entretanto nos dois números desse periódico (edições 169 de 18/12/1830 e 171 de 28/12/1830) encontrados no site do Arquivo Público Mineiro o título é “O Telegrapho”. A não preservação desse periódico pode ser entendida como inserida nas escolhas e no empenho de uma sociedade em “impor ao futuro uma imagem se si”. (CAMISASCA; VENÂNCIO, 2007, p. 4).

²³ A fala foi publicada neste número do *Universal* sob o título “Falla que apresentou por escrito a S. M. o Imperador no dia da sua Entrada em Marianna o Exm. E Rm. sr. Bispo desta Diocese”.

²⁴ Nesta interpretação é importante observar a análise do rumor como o espaço estético do conflito, em que o real e o imaginário interagem. (KOERBER, 2012).

²⁵ Ver, por exemplo, o trabalho de Moreira (2010) sobre as relações entre imprensa mineira e paulista.

²⁶ No período regencial, periódicos como *Brasileiro Pardo* e o *Crioulinho* demonstraram desilusão com a promessa de igualdade racial entre os homens livres como foi prometido no período em questão, ver Lima (1998).

²⁷ No Brasil, anteriormente à emancipação política, pátria e nação aparecem como termos relacionados às identidades regionais como paulistas, pernambucanos, baianenses, filhos de Minas ou patriotas. Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, a sociedade política foi substancialmente ampliada, podendo tais conceitos se autonomizar. (JANCSÓ; PIMENTA, 2000).

Fernanda Cláudia Pandolfi é doutora em História pela Unesp/Assis e realiza pós-doutorado em História na UFMG.

Recebido em 11/08/2014

Aprovado em 18/10/2014